



Bruxelas, 10 de dezembro de 2021  
(OR. en)

14779/21

INST 443  
POLGEN 199  
AG 118

#### NOTA

---

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Conselho
Assunto:	Programação legislativa: Declaração conjunta sobre as prioridades legislativas da UE para 2022

---

1. Nos termos do ponto 7 do Acordo Interinstitucional sobre legislar melhor<sup>1</sup>: "*Na sequência da adoção do programa de trabalho da Comissão, e com base nele, as três instituições trocarão opiniões sobre as iniciativas previstas para o ano seguinte e acordarão numa declaração conjunta de programação anual interinstitucional (a seguir designada por "declaração conjunta"), a assinar pelos Presidentes das três instituições.*"
2. Em 19 de outubro de 2021<sup>2</sup>, a Comissão adotou o seu programa de trabalho para 2022. O programa de trabalho foi apresentado ao Conselho dos Assuntos Gerais em 23 de novembro de 2021.
3. Posteriormente, a Presidência, com a ajuda das duas próximas Presidências, negociou o projeto de declaração conjunta com o Parlamento Europeu e a Comissão. Em 6 de dezembro de 2021, foi alcançado um acordo provisório sobre o texto.
4. Em 8 de dezembro, o Comité de Representantes Permanentes chegou a acordo sobre o texto do projeto de declaração conjunta<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> JO L 123 de 12.5.2016, pp. 1-14.

<sup>2</sup> Doc. 13003/21 + ADD 1.

<sup>3</sup> Doc. 14130/21.

5. Por conseguinte, convida-se o Conselho a aprovar o texto da declaração conjunta constante do anexo da presente nota.
  6. As declarações a exarar na ata do Conselho constam da adenda 1 à presente nota.
  7. Depois de assinada pelo presidente do Parlamento Europeu, pelo presidente do Conselho e pela presidente da Comissão, a declaração conjunta será publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*.
-

**Prioridades legislativas da UE para 2022*****Declaração conjunta do Parlamento Europeu, do Conselho da União Europeia  
e da Comissão Europeia***

Nos últimos dois anos, a nossa União viu-se confrontada com as repercussões de grande alcance da pandemia de COVID-19, a par das consequências desastrosas cada vez mais evidentes das alterações climáticas e de perturbações a nível mundial. Demonstrámos que através de uma ação conjunta, rápida e decisiva, conseguimos superar esses desafios decisivos.

Com a ajuda do orçamento de longo prazo da UE para 2021-2027, do Instrumento de Recuperação da União Europeia e do seu elemento central – o Mecanismo de Recuperação e Resiliência –, prevê-se que a economia europeia recupere mais rapidamente do que o inicialmente previsto. Estes instrumentos históricos dão-nos a oportunidade única de sairmos mais fortes da crise causada pela pandemia, de tornarmos as nossas economias e sociedades mais justas, mais ecológicas e mais digitais e de criarmos oportunidades e empregos para uma Europa onde os nossos cidadãos queiram viver.

Essa visão estratégica para uma União revigorada e mais resiliente, consagrada nas primeiras conclusões conjuntas das nossas três instituições sobre os objetivos e prioridades das políticas para 2020-2024<sup>4</sup>, continuará a nortear-nos. Melhorar a resiliência da UE, nomeadamente no domínio da saúde e da cibersegurança, será fundamental para que esta transformação se torne uma realidade concreta. Para melhor defender os seus interesses e valores, e para ajudar a dar forma ao novo contexto mundial, teremos de reforçar a capacidade da Europa para agir com autonomia e a sua influência a nível mundial. A fim de preservar o futuro da Europa, temos de proteger e defender os nossos valores fundamentais e o Estado de direito na nossa União e nos seus Estados-Membros.

A transformação do nosso continente só poderá ocorrer com o consentimento dos nossos cidadãos. Disponibilizámos mecanismos para fazer ouvir as suas vozes através da Conferência sobre o Futuro da Europa. Continuamos empenhados em dar seguimento aos resultados da Conferência.

---

<sup>4</sup> JO C 18I de 18.1.2021, pp. 5-8.

A concretização e a execução assumirão uma importância ainda maior à medida que nos aproximamos da metade do ciclo institucional, contribuindo, em última análise, para converter a nossa visão para a Europa em benefícios para a vida quotidiana dos cidadãos. A presente declaração conjunta para 2022, assente nos nossos compromissos e realizações de 2021, é testemunho da nossa vontade comum de concretizar os objetivos e as prioridades das políticas preconizados nas conclusões conjuntas.

Na presente declaração conjunta, destacamos as principais propostas legislativas<sup>5</sup> a que as três instituições dedicarão os seus melhores esforços para garantir que se possa avançar o mais possível até ao final de 2022. Este aspeto diz respeito tanto às iniciativas que estão atualmente nas mãos dos legisladores, como às que a Comissão Europeia irá apresentar até ao outono de 2022.

As três instituições concordam em dar a máxima prioridade, em 2022, aos seguintes objetivos políticos fundamentais:

1. Concretizar uma estratégia de crescimento socialmente justa, inclusiva e sustentável, o **Pacto Ecológico Europeu** e o seu objetivo de neutralidade climática até 2050, fazendo avançar as propostas já apresentadas, designadamente o pacote Objetivo 55, o que contribuirá para a liderança da UE na luta mundial contra as alterações climáticas. Tomaremos igualmente medidas para fazer face à crise da biodiversidade, combater a poluição da água e do ar e assegurar uma utilização mais sustentável dos pesticidas. Reforçaremos o direito dos consumidores à reparação de produtos, a fim de levar por diante a transição para uma economia circular. Trabalharemos no sentido de tornar o mercado da energia da UE mais resiliente, mais seguro e mais eficaz em termos de custos, para que apoie a transição para a neutralidade climática, e faremos face ao impacto dos preços da energia nos cidadãos e nas empresas.
2. Alcançar **uma Europa preparada para a era digital**, fazendo desta década a década digital da Europa e assumindo a liderança, a nível mundial, do desenvolvimento de tecnologias fiáveis, seguras e centradas no ser humano. Daremos prioridade aos trabalhos que incidem sobre os serviços digitais e os mercados digitais, bem como sobre a inteligência artificial, os dados e a comunicação espacial segura. Trabalharemos também no sentido de melhorar a ciber-resiliência. Como forma de promover uma economia dos dados dinâmica, reforçaremos ainda mais o investimento da Europa em capacidades de inovação e tecnológicas, nomeadamente no domínio dos semicondutores. Prosseguiremos os debates sobre um instrumento de emergência para evitar perturbações futuras no mercado único da União. Daremos igualmente seguimento à comunicação da Comissão sobre a estratégia industrial, em especial abordando as dependências em domínios estratégicos fundamentais.

---

<sup>5</sup> Ao abrigo do processo legislativo ordinário.

3. Assegurar **uma economia ao serviço das pessoas**, unindo esforços para continuar a apoiar os Estados-Membros na reparação dos danos económicos e sociais causados pela pandemia e garantindo que os pobres e os mais vulneráveis das nossas sociedades não fiquem para trás. Daremos prioridade à aplicação concreta do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e da Declaração da Cimeira do Porto, incluindo regras destinadas a proteger os trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a substâncias perigosas, para melhorar as condições dos trabalhadores das plataformas e para eliminar as disparidades salariais entre homens e mulheres. Iremos empenhar-nos em melhorar as oportunidades para os jovens, nomeadamente através das atividades no âmbito do Ano Europeu da Juventude. Promoveremos a inclusão social e a convergência, respeitando inteiramente as competências nacionais e a variedade de modelos de mercado de trabalho na União, nomeadamente defendendo salários justos e empregos dignos. Trabalharemos no sentido de reforçar as nossas cadeias de abastecimento e de promover uma política comercial robusta. Promoveremos um sistema de comércio assente em regras que garanta condições de concorrência equitativas e práticas comerciais leais, bem como novos acordos comerciais. Trabalharemos no sentido de facilitar o acesso das pequenas e médias empresas ao capital e esforçar-nos-emos por concluir a união bancária. Na sequência do histórico acordo internacional sobre a reforma fiscal mundial, comprometemo-nos a assegurar a sua aplicação rápida e harmonizada e a tomá-lo como base para que os nossos sistemas de tributação das sociedades funcionem de forma justa e sólida. Melhoraremos ainda o quadro regulamentar em matéria de governação sustentável das empresas e combateremos o branqueamento de capitais, a fraude fiscal, a evasão fiscal e outras formas de criminalidade financeira.
4. **Uma Europa mais forte no mundo**, continuando a criar parcerias de conectividade estratégicas através da Ponte Global da UE. A fim de assegurar a execução da agenda de segurança e defesa da União, aprovaremos as orientações estratégicas e aguardamos com expectativa o próximo pacote no domínio da defesa, incluindo o roteiro para as tecnologias críticas de segurança e defesa, e para reforçar a proteção da nossa União contra as ameaças híbridas. Trabalharemos no sentido de dissuadir a aplicação extraterritorial de sanções por parte de países terceiros e de proteger melhor os operadores da UE dessas sanções através do reforço do Regulamento Estatuto de Bloqueio.

5. **Promover o nosso modo de vida europeu**, continuando a trabalhar na construção de uma União Europeia da Saúde forte, a fim de reforçar a preparação e a resiliência da UE perante futuras crises sanitárias. Continuamos empenhados em alcançar urgentemente progressos no que respeita ao Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo. Trabalharemos na reforma do espaço Schengen, nomeadamente retirando ensinamentos da pandemia de COVID-19 e de outras crises recentes, e na luta contra a criminalidade organizada e o terrorismo.
6. **Proteger e reforçar a nossa democracia em toda a União e defender os nossos valores europeus comuns**, utilizando todos os instrumentos ao nosso dispor e continuando a defender e a proteger o Estado de direito, em conformidade com os Tratados. O Estado de direito é um valor fundamental da UE e indispensável para o funcionamento eficaz da União e da sua ordem jurídica. Lutaremos para salvaguardar a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social e a proteção dos jornalistas. Trabalharemos no sentido de melhorar a igualdade, nomeadamente atuando sobre o papel e a independência dos organismos de promoção da igualdade, e de resolver o problema persistente da violência contra as mulheres.

Além disso, recordamos o nosso compromisso para com as seguintes ações:

- trabalhar no sentido de eliminar todas as formas de discriminação e promover a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas;
- continuar a executar os planos nacionais de recuperação e resiliência;
- aplicar o roteiro vinculativo para a introdução de novos recursos próprios em tempo útil, em conformidade com o Acordo Interinstitucional;
- melhorar o acesso mundial às vacinas contra a COVID-19;
- reforçar o papel da UE enquanto interveniente a nível mundial em todas as zonas geográficas, bem como as parcerias bilaterais e multilaterais;
- revitalizar o processo de adesão no interesse estratégico da União, em conformidade com a metodologia de alargamento reforçada.

As três instituições comprometem-se a trabalhar nestas prioridades partilhadas para 2022, orientando-se pelos princípios da confiança mútua, do respeito e do espírito de colaboração. Asseguraremos também a correta aplicação e o cumprimento da legislação em vigor.

Trabalharemos com determinação para proporcionar aos nossos cidadãos uma Europa mais ecológica, mais justa, mais forte, mais digital e mais resiliente: uma União que não deixe ninguém para trás e que defenda de forma assertiva os seus valores fundamentais, tanto a nível externo como interno.

Na nossa qualidade de presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho da União Europeia e da Comissão Europeia, acompanharemos de perto a aplicação atempada e eficaz da presente declaração conjunta.

---